

**VALORES E PRINCÍPIOS QUE ORIENTARAM AS PRÁTICAS SOCIAIS NO
BRASIL NOS ANOS DE 1980 E 1990**

**VALUES AND PRINCIPLES THAT GUIDED THE SOCIAL PRACTICES IN
BRAZIL AT THE 80S AND THE 90S**

João Roberto Resende Ferreira
(Universidade Estadual de Goiás / MIELT)

RESUMO: Com a sociedade industrial, a necessidade de “controle social moralizador” do indivíduo tornou-se indispensável, para aqueles que acreditavam ser urgente a manutenção da ordem e do desenvolvimento, a base do projeto inicial da sociedade moderna. O processo de moralização da sociedade perdurou por vários anos até a classe trabalhadora, a “novidade dessa sociedade”, intensificar a luta pelos direitos sociais. As práticas sociais desenvolvidas entre sociedade civil e Estado, constituí uma cultura política indispensável à manutenção ou transformação da sociedade. O objetivo central é entender quais os valores e princípios que orientaram as práticas sociais no Brasil, durante a década de 1980, quando se inicia o processo de redemocratização. Para alcançar esse objetivo, foi realizado uma pesquisa teórica valendo-se dos autores que mais contribuíram para o entendimento do tema na literatura. O estudo revelou que as ações dos movimentos sociais da década de 1980 foram elementos importantes para a construção da cultura política brasileira, pois criaram valores e sentidos de uma cultura política que influenciaram o Estado na construção de políticas públicas bem como, a democracia e cidadania. No entanto, com a nova fase do capitalismo financeiro, a automação do mercado e a expansão das ONGs durante a década de 1990, todos esses valores podem correr sério risco de serem esquecidos ou negados, diante da nova fase autoritária e de grande indeterminação que se desenha na atualidade.

PALAVRAS-CHAVE: Estado social, cultura, cultura política e movimentos sociais.

ABSTRACT: With the industrial society, the need of a “moralizing social control” of the individual has become an indispensable thing, for those who believed being urgent the maintenance of the order and the development, the initial project basis of the modern society. The process of the moralization of the society continued through several years, until the working class, the “news of this society,; intensify the fights for social rights. The social practices developed between civil society and State, constitute a political culture indispensable for the maintenance or transformation of the society. The central objective here is understand which are the values and principles that oriented the social practices in Brazil during the decade of 1980, when it’s initiated the process of re-democratization. To achieve this objective, it realized a theoretical research based on the authors that made the biggest contribution for the understanding of the theme on the literature. The study revealed that the actions of the social movements on the decade of 1980 were important elements for the construction of the Brazilian political culture, because created values and senses of a political culture that influenced the State in the construction of public policy, as well as democracy and

citizenship. However, with the new phase of the financial capitalism, the automation of the market and the expansion of the NGOs during the decade of 1990, all of these values can be at risk of being forgot or denied, against the new authoritarian and with big indetermination that it disdains nowadays phase.

KEYWORDS: Social State, Culture, Political Culture and Social Movements.

Cultura e colonização: notas introdutórias

Inicialmente, o conceito de cultura está relacionado ao cultivo, o pertencimento da terra, ou cuidar de animais, o que significa o cuidar da própria vida. Como expressa Williams, (2007, p.117). “Em todos os primeiros usos, cultura era um substantivo que se referia a um processo: o cuidado com algo, basicamente com as colheitas ou com a criação e reprodução de animais” e por extensão cultivo ativo da mente humana.

Exemplificando um pouco mais, Bosi, (1992, p. 11), apresenta o sentido etimológico da palavra cultura. Para ele, cultura, assim como culto e colonização, deriva do mesmo verbo latino, *colo*. “*Colo* significou na língua de Roma, *eu moro, eu ocupo a terra*, e, por extensão, *eu trabalho, eu cultivo o campo*. Um herdeiro antigo de *colo é íncola*, o habitante; outro é *inquilinus*, aquele que reside em terra alheia”.

É a partir da palavra *colo* que deriva o conceito de *culturus*. Significa aquilo em que se vai trabalhar, o que irá cultivar. Daí sua estreita relação com o trabalho da terra, agricultura, quanto ao trabalho desenvolvido com ser humano desde a infância. Neste sentido:

O seu significado mais geral conserva-se até nossos dias. Cultura é o conjunto das práticas, das técnicas, dos símbolos, e dos valores que se devem transmitir às novas gerações para garantir a reprodução de um estado de coexistência social. A educação é o momento institucional marcado do processo. (BOSI, 1992, p. 16).

Destaca-se na citação acima o sentido expresso pela palavra “reprodução”, estabelecendo assim, juntamente com outros autores, como Williams (2000), uma unidade no conceito de cultura, como um processo que estabelece sentido para os grupos ou classes e possível de ser reproduzido. Ou seja, a cultura é um meio de reprodução.

Segundo Williams, (2000, p. 10), o problema quanto ao interesse da sociologia da cultura, é a dificuldade de definir o termo cultura. Pois, a partir do século XVIII, ele tornou-se particularmente no alemão e no inglês, um nome para *configuração ou generalização* do “espírito” que informa o “modo de vida global” de determinado povo ou grupo social. Assim, a palavra “culturas”, segundo Williams, foi utilizada por Herder, intencionalmente pela primeira vez, para diferenciar o termo de “civilização”. Teoricamente o termo utilizado no plural, foi muito importante para a evolução dos estudos sociológicos e antropológicos nos séculos seguintes em possibilitar designar um modo de vida global e característicos.

Enfim, o que nos importa aqui é no caminho percorrido pelo conceito sobre cultura que, de forma geral, convergiu em duas formas principais de interesses. “(a) Idealista: ênfase no *espírito formador* de um modo de vida global, manifesto por todo o âmbito das atividades sociais, porém mais evidente em atividades “especificamente culturais” – certa linguagem, estilos de arte, tipos de trabalho intelectual; e (b) Materialista: ênfase em *uma ordem social global* no seio da qual uma cultura específica, quanto a estilos de arte e tipos de trabalho intelectual, é considerada produto direto ou indireto de uma ordem primordialmente constituída por outras atividades sociais”. (Williams, 2000, p. 11-12).

Foi segundo Williams (2002, p.14), que a partir dos dois campos teóricos estabelecidos, como vimos no parágrafo anterior, que a nova sociologia da cultura pode ser vista “como convergências, até certo ponto, a transformação de duas nítidas tendências: uma dentro do pensamento social geral e, portanto, especificamente da sociologia; outra, dentro da história e da análise culturais”.

Para o desenvolvimento desse artigo, será utilizada a tendência da sociologia. Trata-se de considerar, as afirmações feitas por Vico, apud Williams, (2002, p. 14), de que “o mundo da sociedade civil foi certamente feito pelo homem” e de que “uma vez que os homens o fizeram, podem esperar conhecê-lo”.

Neste sentido, podemos dizer segundo Bosi (1992), que o processo colonizador que ocorreu no Brasil foi uma imposição cultural em desenvolvimento na Europa, somente no aspecto do capitalismo, e não do ponto de vista do iluminismo e do renascimento, ou seja, uma colonização mercantilista, de violência, tanto por parte da coroa portuguesa, quanto dos senhores de engenho do Nordeste.

Esse processo perdurou por quase todos os 300 anos de Colônia, Império até a Primeira República. Foi um longo período marcado pelas experiências culturais vindas dos estrangeiros, o *inquilinus*, que prevalecem até hoje.

A experiência e a tradição ensinam que toda cultura só absorve, assimila e elabora em geral os traços de outras culturas, quando estes encontram uma possibilidade de ajuste aos seus quadros de vida. Nesse particular cumpre lembrar o que se deu com as culturas europeias transportadas ao Novo Mundo. Nem o contato e a mistura com raças indígenas ou adventícias fizeram-nos tão diferentes dos nossos avós de além-mar como às vezes gostaríamos de sê-lo. No caso brasileiro, a verdade, por menos sedutora que possa parecer a alguns dos nossos patriotas, é que ainda nos associa à península Ibérica, a Portugal especialmente, uma tradição longa e viva, bastante viva para nutrir, até hoje, uma alma comum, a despeito de tudo quanto nos separa. Podemos dizer que de lá nos veio a forma atual de nossa cultura; o resto foi matéria que se sujeitou mal ou bem a essa forma. (HOLANDA, 2002, P. 953).

A cultura está relacionada ao passado, que transmitido a cada geração posterior, possibilita a interpretação e construção de novas mensagens. Nesse sentido, Bosi (1992), ao analisar o processo de colonização sob a escrita afirma que:

Sob o limiar da escrita tem vivido, desde o século XVI, uma cultura que se gestou em meio a um povo pobre e dominado. Em um espaço de raças cruzadas e populações de diversas origens a sua linguagem acabou ficando também mestiça, a tal ponto que hoje beira o anacronismo falar de cultura negra ou de cultura indígena ou mesmo de cultura rústica em estado puro. (BOSI, 1992, p. 46).

Trata-se da categoria que o autor chamou de “expressões de fronteiras”. Nessa categoria está presente a criação da expressão “cultura popular”. “Da maior parte das expressões da cultura não letrada se poderá dizer que são um complexo de formas significantes cujo sentido comum é o culto, a devoção. São instituições regradas de tal modo que a comunidade possa atualizar em si o sentimento da própria existência e da própria identidade”. (Bosi, 1992, p. 47).

Diante do exposto, a questão da formação dos sentidos e das práticas sociais do Brasil, foi um processo de luta dos contrários. De um lado os portugueses para colonizar, impuseram valores, costumes e hábitos de uma cultura europeia, fundamentada em um processo de criação do capitalismo, mas ao mesmo tempo, sob a imposição do poder religioso. Por outro lado, os índios e os negros africanos, também impuseram seus hábitos e costumes como forma de resistirem e cultivar o passado em busca de um presente de liberdade. Neste sentido, segundo Bosi, (1992, p. 52), “Voltando ao problema do cruzamento de culturas que a colonização instaura: nem sempre é fácil determinar precisamente o que é

culto e o que é popular nas formas simbólicas de fronteiras”. Acredito estarmos até hoje nesse limiar de fronteiras e, as ações coletivas dos movimentos sociais da década de 80, evidenciaram ainda mais esses limites, na medida em que lutam contra a exploração do capital pelo trabalho e ao mesmo tempo, apresentam práticas alternativas que contribuem com o avanço do processo democrático no Brasil.

Estado Social: as práticas sociais na construção da cultura política brasileira

O que é fundante quando se estuda os valores e os princípios que orientaram a prática social brasileira a ponto de constituir uma cultura política, é justamente entender essa complexa relação de um processo colonizador e a construção do Estado.

Após a implementação da sociedade industrial, a necessidade de um “controle social moralizador” tornou-se necessário, para aqueles que acreditavam ser indispensável à manutenção da ordem e do desenvolvimento, bases do projeto inicial da sociedade moderna como já dito. Esse processo modelador da sociedade, iniciado nos países capitalistas europeus, como França, Inglaterra entre outros, perdurou e perdura até os dias de hoje. A classe¹ trabalhadora, a “novidade dessa sociedade”, a partir do momento em que se constitui como classe social, consciente de seu papel na sociedade, intensifica a luta pelos direitos sociais.

No contexto de tensão entre a estruturação do capital e a exploração do trabalho é que, segundo Castel (2005), surge o Estado Social, ou seja, um espaço de mediação social que dá um novo sentido ao social, como capaz de negociar compromissos entre posições diferentes.

Pode-se interpretar o advento do Estado social como a introdução de um terceiro entre os polos da moralização do povo e os partidários da luta de classe. [...] o Estado Social, poder-se-ia dizer, começa sua carreira quando os notáveis deixam de dominar sem restrições e quando o povo fracassa ao resolver a questão social por sua própria conta. Abre-se um espaço de mediações que dá um novo sentido ao “social”: não mais dissolver os conflitos de interesses pelo gerenciamento moral nem subverter a sociedade pela violência revolucionária, mas negociar compromissos entre posições diferentes, superar o moralismo dos filantropos e evitar o socialismo dos “distributivistas”. CASTEL, (2005, p. 345).

¹ Cf. THOMPSON, E.P.2001. Para Thompson: “a classe se delinea segundo o modo como homens e mulheres vivem suas relações determinadas, no interior do “conjunto de suas relações sociais”, com a cultura e as expectativas a elas transmitidas e com base no modo pelo qual se valeram dessas experiências em nível cultural”. (p. 277).

O Estado social é um terceiro elemento inovador na relação entre capital e trabalho, com objetivo frio, calculado e desconfiado para exercer a ação do poder público e impor-se de direito em meio às tensões existentes no desenvolvimento do sistema capitalista. Portanto, sua constituição é historicamente desenvolvida, tendo o conflito como cerne de sua estrutura, contrapondo ao imperialismo, como nos adverte Castel (2005, p. 143):

Porém, se não é imperial, o Estado social é profundamente inovador. O advento da *propriedade social* representa uma das conquistas decisivas que se deve à modernidade e que reelabora em novos termos o conflito secular entre o patrimônio e o trabalho.

Nota-se a partir das citações que a criação do Estado social, ocorrido nos países de capitalismo avançado, no final do século XIX, e em desenvolvimento em todo o decorrer do século XX, até os dias atuais, é uma luta estabelecida entre a classe trabalhadora e o capital, na construção de um novo espaço público de luta pela conquista do direito e, no estabelecimento da ordem social. Isso significa uma nova prática social, fundamentada nos direitos e deveres dos grupos e classes sociais que implementam elementos inovadores para a cultura política.

A noção de cultura política, nesse trabalho, é vista como constitutiva do funcionamento das organizações políticas e sociais. Isto é, a cultura política é o resultado do padrão de orientações cognitivas, emocionais e valorativas que, além de estáveis, tornam-se vivas e atuantes ao longo do tempo, a não ser que grandes rupturas históricas forcem os grupos sociais a redefinir esses padrões, a cultura política continuará a reproduzir-se de acordo com as matrizes originais. Assim, a cultura política ocupa um lugar central no cotidiano dos indivíduos, podendo servir tanto para regular a transmissão de valores políticos, quanto para legitimar o funcionamento das instituições sociais e políticas. A forma como se constrói e se difunde essa cultura está diretamente relacionada à como se reproduzem os comportamentos, as normas e os valores políticos de determinada comunidade. Assim, o conceito de cultura política desenvolvido aqui é o que diz respeito a:

modos de orientação e conduta pública, remete à dimensão cultural à dimensão da política, como práticas e experiências sociais. Nesses termos, nossa reflexão sobre a cultura política busca captar a dimensão cultural da civilidade, que por sua vez traduz-se nos modos específicos de orientação de conduta das experiências sociais que oferecem conteúdos significativos à cidadania, a democracia e à ação cívica. (CRUZ, 2007, 15).

Desse ponto de vista, a análise da cultura política de uma sociedade pressupõe a necessidade de caracterizar os diferentes contextos histórico-culturais que contribuíram para a sua configuração. Assim sendo, a compreensão da sociedade brasileira deve ser vista como resultado de um processo interativo e cumulativo de experiências vividas, cujas matrizes políticas podem ser identificadas pela determinação de seu processo de formação histórica. Interessa, no nosso caso, destacar quais os princípios e valores presentes nas relações sociais e políticas, que garantam a produção/reprodução cultural brasileira a partir da década de 1980.

No Brasil a constituição da República ocorreu com a transferência do modelo privado de sociedade para o espaço Público, que conforme descreveu Carvalho, (1987), grande parte da população foi excluída do processo e “assistiu a tudo bestializados”, sem saber muito bem o que estava acontecendo. Nesse contexto de exclusão da sociedade civil, as práticas sociais que compuseram e compõem o cenário político, econômico e cultural do nosso país, não possibilitaram a construção de uma cultura política fundamentada na construção da cidadania², e até hoje estamos em uma luta constante de fronteiras, como já assinalado anteriormente.

A transição do império para República no final do século XIX e início do século XX, evidencia as transformações sociais, políticas e culturais pelas quais passou a cidade do Rio de Janeiro, primeira capital Brasileira até 1962. As principais características desse período podem ser assim descritas: alta densidade demográfica em face da abolição da escravidão e da emigração estrangeira. Em consequência disso houve uma maior divisão do trabalho, que já era escasso e não havia infra-estrutura adequada para absorção desse novo número de habitantes. Outras implicações advindas dessa densidade demográfica são a alteração do espaço ocupacional e a composição étnica³.

Desde o Império o encontro entre governantes e população se dava no campo da festividade e não no campo político. Podemos aferir que a população fluminense era capaz de associar-se em grupos para fins assistenciais e, era, no máximo, capaz de apontar alguns defeitos do novo regime, mas nunca se colocava em posição de agente, de participante do mundo político.

O Brasil até a primeira república era um país agrário exportador e dependente tanto da mão de obra escrava quanto do mercado externo. Com a libertação dos escravos em 1888, e a proclamação da República em 1889, a relação indivíduo e sociedade começou a se modificar.

² Para aprofundamento sobre o conceito de cidadania, conferir, MARCHAL, principalmente o cap. III. Cidadania e Classe Social.

³ Cf. CARVALHO (1987).

Os valores e princípios que orientaram as práticas sociais fundadas no favor, não possibilitam como nos países europeus, a universalização do direito social. Ao contrário, impõem a todos os “homens livres” uma relação de dependência, de jogo de interesses particulares em torno de vantagens materiais, que não podem ser racionalizados nem universalizados.

Neste sentido, a indistinção entre o público e o privado, subjacente a uma concepção agrária da política, constitui o conjunto de práticas sociais constantemente renovadas, onde os direitos sociais são concebidos como dádiva, favores oferecidos e concedidos pelos poderosos que ocupam as instituições do poder público e, em nada contribuem com a construção de uma sociedade democrática.

A partir da década de 1930, a urbanização e a industrialização tornaram inevitáveis e necessárias a incorporação dos trabalhadores na cena política, e não é surpreendente que essa mesma tradição vá inspirar o novo paradigma político-cultural dominante – o populismo. Tal empreendimento visava incluir, os trabalhadores no novo contexto de transformações políticas, econômicas e sociais, isso porque o arranjo populista baseou-se fortemente nas relações personalizadas com as lideranças políticas, como forma de assegurar o controle e a tutela sobre a participação e as organizações sociais e populares. No entanto, observa-se no Brasil o surgimento e prevalência das relações sociais servisais, em virtude da precariedade dos partidos políticos. Por relações sociais servisais entende-se o estabelecimento de uma relação direta entre Estado e indivíduo, em detrimento dos partidos políticos. (Ferreira, 2011, p. 54).

Essa configuração entre Estado e indivíduo perdura pelas décadas seguintes até um pouco antes do golpe militar de 1964. No período anterior ao golpe, o governo de João Goulart, tentou implementar uma política democrática – interpretada pelos militares, e parte da elite industrial brasileira, com interesses no mercado internacional – como política de cunho comunista. Não cabe aqui discutir as políticas de Jango, como as reformas de base, por exemplo, nem mesmo, as conseqüências do golpe militar na política brasileira. O ponto central de nossa discussão são as novas formas de participação política que a partir do golpe a população, insatisfeita com o regime autoritário, desenvolveu.

Anos 1980 e 1990: construção e desmanche dos valores e princípios da cultura política

As décadas de 1960 e 1970 caracterizaram-se pela enorme diversificação e intensificação das atividades industriais urbanas. Como conseqüência houve uma migração do

campo para a cidade. Esse processo não foi acompanhado por uma organização social política e cultural do capitalismo, que garantisse aos trabalhadores – que se aglomeraram em torno das cidades industriais – políticas públicas que estruturassem as condições mínimas de vida.

Assim:

No Brasil dos anos 1970 e 1980, a crise econômica alimentada pela dívida externa e pelo esgotamento do modelo de desenvolvimento desembocou em desemprego, inflação, baixos salários e queda nas atividades fabris. Essa crise acirrou tanto os conflitos políticos em torno dos meios para sua superação, comprimindo a “transição lenta, gradual e segura”, quanto os conflitos sociais, protagonizados por empresários, trabalhadores e o Estado. Esses confrontos dinamizaram as disputas pela direção e pela organização da sociedade. (MARTINEZ, 2007, P. 245).

Foi a partir da década de 1980, com a abertura democrática, na expressão de Emir Sader (1988), “*quando novos personagens entram em cena*” – os movimentos sociais – para se contrapor a cultura política do autoritarismo, de longa existência na República Brasileira. O fim da ditadura militar foi marcado pela emergência e fortalecimento da sociedade civil que, desenhou novas formas de mobilizações e organizações sociais, bem como esprou novos valores acerca da ação política e da cultura. Ganha forma e curso o processo de redemocratização da sociedade brasileira, tendo como sujeitos os movimentos sociais.

As lutas protagonizadas pelos movimentos sociais foram e são expressões da tentativa de construção das esferas públicas e da consolidação das demandas sociais acumuladas e reprimidas ao longo de décadas. Os movimentos sociais agitaram a vida política brasileira e engendraram novas formas de articulação entre Estado e sociedade a partir da dinâmica societária desenvolvida nos processos reivindicatórios de bens e serviços públicos e na formulação de políticas no pós-constituente. (CRUZ, 2004: 175)

Essas lutas e suas novas formas de articulação política, implementada pelos movimentos sociais contribuíram positivamente para a construção de novos caminhos para a democracia e para cidadania brasileira. Foram materializadas em lutas coletivas pelo direito de participar da construção da vida política do país e pela possibilidade de reivindicar ações do Estado no campo da educação, saúde, trabalho e participação na Campanha pelas Diretas Já. Na transição e, particularmente, na elaboração da Constituição, essa teia ou articulação de organizações, por intermédio de debates e grandes mobilizações, construir-se-á em um amplo movimento denominado “Participação Popular na Constituinte”. Os Fóruns e comitês temáticos, no seio da sociedade civil, elaboram e incorporam os anseios populares nas então

chamadas Emendas Populares à Constituição. Nesse sentido, as ações dos movimentos sociais configuram-se em propostas políticas fundamentais para ampliação do acesso e democratização da sociedade que desencadeou ampla discussão, nos diversos meios institucionais. (Cruz, 2004).

No processo de redemocratização da sociedade brasileira, os movimentos sociais foram sujeitos importantes por politizarem a vida cotidiana, por implementarem ações regulatórias na nova ordem política emergente e, por resgatarem a dignidade de seus participantes. Sua atuação garante a efetiva participação das camadas subalternas na defesa dos direitos políticos e sociais, acenando assim, para uma nova concepção de democracia e de cidadania. Portanto, conceituamos os movimentos sociais como portadores de um caráter educativo, ou seja:

são sujeitos coletivos que exercitam o processo de aprendizagem interna (entre os participantes) e externa (sociedade inclusiva), com efeito multiplicador de ações sociais que se traduzem em formas e modos de construção da democracia” (CRUZ, *apud* GUIMARÃES, 2004, p.234).

Nesse período o campo político brasileiro passa por grandes transformações. De um lado o regime militar se esforça para continuar no poder. Do outro, “novos atores sociais”, modificam o cenário implementando uma cultura política objetivando romper uma tradição secular da política brasileira travada entre a sociedade civil e o Estado.

Segundo Dagnino (2002), as décadas de 1980 e 1990, são consideradas a de maior experiência de construção democrática no Brasil. Essas experiências se materializaram na quantidade de projetos políticos e na possibilidade desses projetos cunhados no ceio da sociedade civil, serem acatados no âmbito do poder executivo do Estado.

Isso significou um avanço, pois historicamente, a construção da democracia e do espaço público no Brasil é um processo múltiplo e contraditório marcado pela impossibilidade de participação da sociedade civil como um agente importante no desenvolvimento desse processo.

O Estado assumiu até nossos dias um papel conservador, autoritário impossibilitando, a não ser em raras exceções, a representatividade precária da sociedade civil de forma mais direta. A partir da década de 1980, os movimentos sociais participam da construção política da sociedade, na medida em que, por meio de suas ações tornam público os conflitos e as contradições abafadas pelos grupos políticos no poder estatal. Os

movimentos sociais constituem assim como uma força política emergente e, desenvolve suas ações coletivas expressando as tensões internas da sociedade civil.

As principais características que identificam os movimentos sociais podem ser assim descritas⁴: 1) ser detentor de certos direitos políticos por representar coletividades legitimadas socialmente; 2) ter capacidade e habilidade para expressar as demandas daquelas coletividades; 3) elaborar planos e estratégias de ação coletiva; 4) ter habilidade para aproveitar ou criar oportunidades políticas favoráveis à ação coletiva; 5) deter alguns recursos humanos e de infra-estrutura básica etc.

No entanto esses elementos não dão aos movimentos sociais a condição de responder aos problemas da sociedade. Mas sim devem ser entendidos como respostas à possibilidade de construir “realidades” convincentes e de transmitir essa “realidade” ao conjunto da sociedade⁵.

Para Dagnino, (2002), a natureza das relações entre sociedade civil e Estado foram sempre conflituosas devido à maior ou menor aproximação, similaridade e coincidência entre os diferentes projetos políticos em disputa, ou seja, o conjunto de crenças, interesses, concepções e valores distintos que compõem esses projetos em disputa na sociedade que subjazem as relações entre Estado e Sociedade Civil.

Ainda segundo a autora, é possível afirma que o foco principal dos conflitos está na “partilha efetiva do poder”. De um lado, as barreiras que o poder Executivo constrói para impossibilitar a participação da sociedade Civil, e do outro a insistência dessa em participar da tomada de decisões no que concerne a elaboração de políticas públicas.

Nessa disputa de poder são vários os mecanismos que dificultam a participação efetiva nos espaços públicos. Do lado do Estado podem ser mencionados os seguintes: “rotatividade do exercício do poder, a tecnoburacracia, o excesso de papelada, lentidão, falta de transparência e informações por parte do poder público entre outras”⁶.

Já do lado da sociedade civil, o que dificulta a participação na tomada de decisões nos espaços públicos é assim destacado: a exigência de qualificação técnica e política imposta aos participantes da sociedade civil. Essa exigência tem se colocado como um grande desafio para os representantes dos setores populares participarem efetivamente dos espaços públicos de decisões. Daí a necessidade de superação desse desafio, inclusive por parte do poder

⁴ CRUZ, 2007., p.3

⁵ CRUZ, 2007., p. 3.

⁶ *Ibid.*, p. 284.

Estatal, como foi à tentativa do Orçamento Participativo nas cidades de Curitiba e Belo Horizonte durante a administração municipal do Partido dos Trabalhadores.

Apenas a partir de meados dos anos 70, há um aumento significativo na organização da população de baixa renda das duas cidades, por meio da constituição de associações comunitárias independentes e autônomas em relação ao Estado que reivindicam a legalização das duas cidades ocupadas, a melhora da condição da infra-estrutura da periferia das duas cidades e da qualidade dos serviços de saúde e de educação. AUVITZER, (2002, p. 19-21).

Além da formação política e técnica a organização da Sociedade Civil deve aprender a conviver com os vários grupos e interesses que a compõem, por ex. o Movimento dos Sem Terra (MST), os diversos Fóruns, os Conselhos etc.

Segundo Dagnino, (2002), a superação dessas dificuldades, deve passar também por outra forma de relação entre sociedade civil e Estado. Trata-se do que ela chama de “*compartilhamento de um projeto político participativo e democratizante*”⁷ fundado em um “compromisso” estabelecido entre estas duas categorias.

Entender quais os valores e princípios orientaram as práticas sociais no Brasil, durante a década de 1980 e 1990, e que constituíram em elementos da cultura política do país, contribuindo para a construção de um espaço público realmente democrático, implica em determinar alguns aspectos importantes que vêm transformando a relação entre Estado e sociedade Civil, a partir da ação coletiva dos movimentos sociais.

Nos anos de 1980 os movimentos sociais como atores coletivos, inauguram uma nova postura em relação ao Estado. Em primeiro lugar é composto por sindicatos dos metalúrgicos do ABC paulista, funcionários públicos e privados, organização dos professores municipais e estaduais, associação de moradores.

Por parte da Igreja Católica, o movimento ligado à Teologia da Libertação desenvolveu atividades de organização popular, por meio das Comunidades eclesiais de Base, (CEBs), e da Pastoral da Juventude do meio Popular, (PJMP). Sua ação consistia em organizar a luta popular em prol de reivindicações por melhoria de condições de vida da população, num momento em que cresciam desordenadamente as periferias das cidades, conseqüências da migração rural.

⁷ *Ibid.*, p. 287

A resistência e a mobilização dos diferentes sindicatos dos trabalhadores na luta pela inserção política resultaram nesse período, na fundação do Partido dos Trabalhadores (PT)⁸.

Como ação política do PT, o Orçamento Participativo, (OP), é considerado um exemplo de prática social, fruto de uma cultura política desenvolvidas pelos movimentos sociais, utilizado para mediar a relação entre sociedade civil e Estado. O método de organização e implementação do OP nas cidades de Belo Horizonte e Porto Alegre evidenciam alguns elementos importantes nessa direção.

As assembleias regionais introduzem uma forma democrática e pública de negociação entre a população. Democrática porque a participação da população torna-se o critério para a escolha de delegados e conselheiros, transferindo para essa mesma população uma capacidade decisória que ela não detinha anteriormente. Pública porque os critérios de carência e a população da região são conhecidos, e as reuniões nas quais as decisões sobre a hierarquização de prioridades são tomadas são abertas a todos e a palavra é franqueada. (AUVITZER, 2002, p. 26)

Em segundo lugar destaca-se a emergência dos atores coletivos organizados que sugeriram nos anos 1970 e 1980. Em terceiro, a existência de uma forma pública de participação desses atores associados na negociação com o poder político, não mais em troca de favores, mas agora na perspectiva de criar políticas públicas para o bem comum. Em outras palavras a relação sociedade civil e Estado, passou a dar-se no campo do “direito a ter direito”. Em quarto lugar, as ações dos atores sociais, deram visibilidade aos problemas sociais camuflados pela hegemonia dominante do capitalismo⁹.

Nesse sentido os valores e princípios que orientaram as práticas sociais no Brasil durante a década de 1980 e 1990, foram elaborados em torno de uma vontade coletiva construída historicamente. Pois:

O processo de formação de uma determinada vontade coletiva, para um determinado fim político, é representado não através de investigações e classificações pedantes de princípios e critérios de um método de ação, mas como qualidades, traços característicos, deveres, necessidades de uma pessoa concreta, tudo que faz trabalhar a fantasia artística de que se quer convencer e dá uma forma mais concreta às paixões políticas. (GRAMSCI, 2000, p. 13)

⁸ Cf. Martinez, 2007.

⁹ Para maior aprofundamento sobre o tema cf. AURITIZER, Leonardo, 2002.

A possibilidade de participação da Sociedade Civil em projetos sociais, implicou positivamente na construção de uma “cultura política mais democrática”, que confronta com as concepções elitistas de democracia como com as visões tecnocratas e autoritárias comuns em nossa sociedade. Nesse caso, essas experiências sociais foram significativas para a superação da cultura “estadista”, em prol de uma cultura política fundamentada na participação coletiva da sociedade.

No entanto essa superação passa por uma construção crítica da visão de mundo, que é construída pela tomada de consciência de classe que cada indivíduo constitui. Mas essa visão de mundo não se constrói no senso comum. É necessária uma formação teórico/prática desenvolvida pelos intelectuais orgânicos de cada grupo social. Gramsci, ao discutir a formação dos intelectuais afirma que cada grupo social constitui seus intelectuais que atuam de forma autônoma na construção da hegemonia e na organização da cultura. Mas adverte que essa forma autônoma de ação, sem uma ligação direta com os grupos concretos que compõem o todo da sociedade, tem consequências ideológicas perigosas.

O erro metodológico mais difundido, ao que me parece, consiste em se ter buscado este critério de distinção no que é intrínseco às atividades intelectuais, ao invés de buscá-lo no conjunto do sistema de relações no qual estas atividades (e, portanto, os grupos que as personificam) se encontram, no conjunto geral das relações sociais. (GRAMSCI, 2004, p. 6-7).

Nessa acepção, o intelectual é aquele que possui certa capacidade de dirigente e habilidade técnica e está em conexão com os vários grupos sociais existentes no conjunto da sociedade, mas em especial com o de sua classe e afirma:

Em suma, todo homem, fora de sua profissão, desenvolve uma atividade intelectual qualquer, ou seja, é um “filósofo”, um artista, um homem de gosto, participa de uma concepção do mundo, possui uma linha consciente de conduta moral, contribui para manter ou para modificar uma concepção do mundo, isto é, para promover novas maneiras de pensar. (GRAMSCI, 2004, p. 7-8).

As ações coletivas desenvolvidas pelos movimentos sociais na década de 1980 constituíram em elementos da cultura política do país e, contribuíram para a construção de um espaço público realmente democrático. No entanto com o advento das políticas neoliberais, implementadas na década de 1990, esse compromisso político foi substituído por uma

“complementaridade instrumental”, característica de um Estado Mínimo no que diz respeito ao social.

A década de 1990, que sucedeu as invenções democráticas, caracterizou-se como o período de “desmanche”¹⁰ da sociabilidade e democracia construída anteriormente. A relação do Estado com a sociedade civil se altera bruscamente e, o mesmo Estado, que possibilitou um canal de comunicação democrática com a sociedade civil, agora sob a política neoliberal, torna-se refém do poder econômico e as relações sociais entre sociedade civil e Estado são transferidas para a relação de mercado, constituindo assim, o que Oliveira, 2007, chama de “era da indeterminação”, que consiste em uma nova relação em que:

O partido político da era da indeterminação não conduz, é conduzido pelas pesquisas de opinião e de intenção de voto e pela imagem. Uma dispersão de microcentros de organização do social simulacra a sociedade civil: é uma “ongnização” da política social que concorre com o Estado e com os partidos desde a formulação de políticas locais e focalizadas até a distribuição de alimentos. (OLIVEIRA, 2007, P. 41).

Neste sentido houve um refluxo dos movimentos sociais e conseqüentemente suas práticas e valores foram subordinados aos valores do mercado econômico. Mas isso não significa o fim das ações coletivas. Os movimentos sociais continuam a formular políticas de resistência ao anacronismo das forças dominantes de um Estado conservador, dirigido com o objetivo de preservar os interesses da elite.

Para não concluir

O elemento central da modernidade é o indivíduo e a vida em sociedade. No entanto, em uma sociedade dividida em classe, como a capitalista, constitui-se uma divisão entre os proprietários dos meios de produção e aqueles que só possuem a força de trabalho. Assim, na constituição da sociedade moderna de base industrial, temos um grupo de indivíduos pertencentes a uma nova classe – trabalhadora – que luta incessantemente pelos direitos civis, políticos e sociais, implementados pela burguesia em aproximadamente três séculos de organização.

¹⁰ Cf. Oliveira, 2007, p. 30.

No Brasil, essa luta se dá de forma injusta, excludente e perversa. O evento da proclamação da República não foi acompanhado da construção de uma cultura política inclusiva. Tratou-se de uma transferência dos valores privados, dos grandes latifundiários, para o domínio do espaço público. Nesse sentido, a participação popular foi insignificante não restando outra opção a não ser novas formas de agrupamento e “pertença“ além das instituições de poder estatal e das oligarquias. Ou seja, o espaço público não representou os interesses da maioria da população.

Nesse contexto de exclusão do campo do direito, os Movimentos sociais, desenvolveram nas últimas três décadas do século XX e até os dias atuais, “ações coletivas”, fundamentadas na participação democrática, que gerou novas formas de organização política, constituindo-se em práticas sócias e cultura política inovadora.

As conseqüências das ações dos Movimentos Sociais implicam em revelar a toda a sociedade a existência de um problema que não era do conhecimento de todo o coletivo da sociedade. Assim, sua ação expressa um conflito e torna-se uma “ação coletiva” que exige uma nova forma de solidariedade impondo uma ruptura com velhos limites e valores constituídos e consolidados pela ordem vigente.

No entanto, no final dos anos 1980, os estudos teóricos sobre Movimentos sociais, criam uma nova categoria denominando de “Novos Movimentos Sociais” (NMS). Nessa concepção, as lutas dos NMS, tornaram-se muito mais ligadas a reivindicações das instituições do Estado, tornando uma luta de caráter “mais político entrando em cena as Organizações Não Governamentais” (ONGs), dissociando assim; “o conflito político e econômico de classes para o campo cultural, pressupondo a cultura dissociada da economia, da ideologia e da história e, no limite, acabou prevalecendo à institucionalização e o interesse pela organização interna dos movimentos sociais”. (Cruz 2007).

Nascidos como porta vozes dos direitos sociais, as ONGs, se proliferaram e ganham visibilidade na mídia nacional e internacional, causando um refluxo nos movimentos sociais tradicionais. A consequência mais visível desse refluxo é a neutralização das diferenças por meio do favor, proteção e lealdade que se encontram embutidos nas práticas sociais implementadas no Brasil que conforme Telles, (2001), constitui as relações do “mundo da casa”, e afirma:

Daí esse familismo tão característico da vida social brasileira, em que relações sociais transformam-se em relações pessoais regidas por códigos morais próprios da vida privada (intimidade, respeito, consideração, lealdade) e em que as clivagens econômicas se sobrepõem hierarquias

morais que classificam pessoas a partir das categorias éticas do “mundo da casa” (o ser limpo, de boa aparência, correto, cordial, educado de fino trato). (TELLES, 2001, p. 60).

Diante do exposto, a constituição das ONGs materializou-se de forma extensa no Brasil, mas não são movimentos sociais, embora tendam a se confundir com eles. Entre as várias diferenças existentes entre os dois a citação a seguir é elucidativa.

As ONGs não substituem os movimentos nem são uma fase avançada destes, mas se relacionam com eles. Dividem com os movimentos sociais a fragmentação de seus temas, demandas e campanhas, mas seus funcionamentos são muito distintos: uma ONG só existe por intermédio de projetos que a sustentam, ela é pró-ativa, têm metas a cumprir, programas pré-estabelecidos e financiados. Os movimentos sociais são menos estruturados, não prestam contas, nem têm um grupo de profissionais para sustentar. As ONGs formalizam-se, possuem diretorias, conselhos e corpo de funcionários. Isto pode levar, pelo menos em tese, a um processo de auto-referência muito grande, no qual sua reprodução como organização tenha quase tanta centralidade como a causa que defende. (CRUZ, 2007, p. 14)

Podemos afirmar que os movimentos sociais da década de 1980 foram elementos importantes para a construção da cultura política brasileira. Em suas ações coletivas criaram valores e sentidos de uma cultura política que influenciaram o Estado na construção de políticas públicas bem como, a democracia e cidadania. No entanto, com a nova fase do capitalismo financeiro, a automação do mercado e a expansão das ONGs durante a década de 1990, assinalam para um período de grande indeterminação.

REFERÊNCIAS

BOSI, Alfredo. Colônia, culto e cultura. In. *Dialética da colonização*. São Paulo, Companhia das Letras, 1992, p. 11-63.

CARVALHO, José Murilo de. *Os bestializados: o rio de Janeiro e a República que não foi*. São Paulo, Companhia das Letras, 1987.

CASTEL, Robert. A propriedade social. In. *As metamorfoses da questão social: uma crônica do salário*. Trad. De IRACI D. Poleti. Petrópolis, RJ. Vozes. 1998. p. 345-414.

CRUZ, José Adelson.. Movimentos sociais e práticas educativas. In. *Interação: Revista da Faculdade de Educação da UFG*. V. 29, n. 2 jul;dez. 2004. p. 175 – 185.

CRUZ, José Adelson. *O pulso ainda pulsa? Movimentos sociais e cultura política em tempos sombrios*. UFG, 2007, mimeo.

DAGNINO, Evelina.. Sociedade civil, espaços públicos e a construção democrática do Brasil: Limites e possibilidades. In. DAGNINO. (Org). *Sociedade civil e espaços públicos no Brasil*. São Paulo: Paz e Terra, 2002. p. 279, 302.

FERREIRA, João Roberto Resende. Expansão da escola básica e a relação capital, trabalho e educação no Brasil dos anos 1970 [manuscrito] Tese (Doutorado) – Universidade Federal de Goiás, Faculdade de Educação, 2011.

GRAMSCI, Antonio. A formação dos Intelectuais. In. *Os intelectuais e a organização da cultura*. Civilização Brasileira, 2004, p. 3-23.

GRAMSCI, Antônio. Breves notas sobre a política de Maquiavel. In. *Cadernos do cárcere*, vol. 3/ edição e tradução, Carlos Nelson Coutinho; co-edição, Luiz Sérgio Henrique e Marco Aurélio Nogueira. Rio de Janeiro: civilização Brasileira, 2000. p. 13 – 109.

GUIMARÃES, Maria Teresa Canesin. (2004). Organização camponesa em Goiás nas décadas de 1950 – 1960 e os sinais de novas práticas educativas nos atuais movimentos sociais. In. *Interação: revista da Faculdade de Educação da UFG*. V. 29 n. 2 jul/dez. P. 227-237.

HOLANDA, Sergio Buarque de. *Raízes do Brasil*. In *Interpretes do Brasil*, Vol. III Ed. Nova Aguilar, 2002.

MARCHAL, T. H. *Cidadania, classe social e Status*. Tradução de Meton Porto Gadelha. Rio de Janeiro, Zahar editora, 1967.

MARTINEZ, Paulo Henrique. O partido dos trabalhadores e a conquista do Estado: 1980 – 2005. In. RIDENTI, Marcelo e REIS, Daniel Aarão. *História do marxismo no Brasil*. Campinas SP. Ed. Unicamp. 2007. p. 239 – 290.

OLIVEIRA, Francisco de. Política numa era de indeterminação: opacidade e reencantamento. In. OLIVEIRA, Francisco de, e RIZEK, Cibele Saliba. (orgs.). *A era da indeterminação*. São Paulo. Boitempo, 2007. p. 15-48.

SADER, Eder (1988). *Quando novos personagens entram em cena*. Rio de Janeiro Paz e Terra.

SCHAWARZ, Roberto. *Aos vencedores as batatas: forma literária e processo social nos inícios do romance brasileiro*. São Paulo. Duas cidades; Ed. 34. 2000.

TELLES, Veras da Silva. O sentido da destituição. In. *Pobreza e Cidadania*. São Paulo, USP. Ed. 34, 2001. p. 57-87.

THOMPSON, E. P. Algumas observações sobre classe e “falsa consciência”. In. *As peculiaridades dos ingleses e outros artigos*. Orgs. Antonio Luigi negro e Sergio Silva. Campinas SP. Ed. Unicamp. 2001, p. 169-281.

WILLIAN, Raymand.. *Cultura*. São Paulo: Paz e Terra. 2000.